

DESVENDANDO O MORAR: MEMÓRIA E LITERATURA*

Adriana Mara Vaz de Oliveira**

Resumo: a construção da memória do morar em Goiás no século XIX orienta-se pela postura de autores que indicam a insuficiência das descrições físicas do ambiente construído e apontam para a importância das memórias afetivas – gestos, comportamentos, hábitos, práticas – construtoras dos espaços. Para tal percepção, opta-se pela consideração de fontes que, como a literatura, visa capturar as memórias tecidas em experiências que são comuns a todos.

Palavras-chave: Morar. Goiás. Literatura. Século XIX.

UNVEILING LIVING: MEMORY AND LITERATURE

Abstract: *the construction of the memory of living in Goiás in the nineteenth century is guided by the attitude of authors which indicate the insufficiency of physical descriptions of the built environment and valorize the importance of the affectionate memories – gestures, behaviours, habits and practices – builders of spaces. For this perception, the choice should be consideration of sources such as literature, aims to capture the memories woven into experiences that are common to all.*

Keywords: *Living. Goiás. Literature. Nineteenth century.*

Desde o entardecer que o Palácio dos Arcos, quartel-general e residência do governador, estava ornamentado com dezenas de luminárias formadas de metade de uma laranja-da-terra a que se tirara o miolo; no côncavo se botara azeite de mamona com pavio de algodão incendiado. Dava uma luz avermelhada, suave para os olhos e cheirosa para o nariz. (Élis)

A rusticidade do ornamento dava o tom à vida de Goiás no século XIX. Rústico e pobre era também o homem que o produzia, transitando entre a fragilidade da vida urbana e a precariedade do mundo rural, a léguas de distância do resto do mundo. A tosca arquitetura do palácio, como denomina o mesmo autor, abrigava a composição híbrida da pompa cerimoniosa de uma recepção oficial com a luz de improvisadas luminárias da terra – de laranja-da-terra.



Da pobreza romanceada por Bernardo Élis é possível imaginar as agruras de viver no sertão goiano. As fontes documentais explicitam, com abundância, exemplos extremos dessa escassez. O evento ao qual o escritor se refere ocorreu em 1804, em meio a um período delicado da história goiana. Desde meados do século XVIII, quando declinou a exploração aurífera e, conseqüentemente, afrouxaram-se os vínculos com a metrópole, a capitania mergulhou numa profunda crise, em que a única perspectiva estava na estruturação da agropecuária. O fim do ouro correspondeu, para muitos, ao início da decadência que também foi sinônimo de ausência, expressando-se na opacidade da vida urbana e nas limitações da vida rural.

No entanto, apesar de opaca, a vida urbana não se esvaiu de todo, amalgamando-se com aquela rural. Esse amálgama do urbano com o rural era oriundo do século XVIII, surgido em decorrência da posição de fronteira de Goiás. A situação fronteiriça encaminhou a sociedade goiana para o estabelecimento de tempos e ritmos próprios, que se exprimiam nos seus espaços, fossem dos arraiais auríferos ou das propriedades rurais voltadas para o abastecimento interno. Num tempo contínuo e desacelerado, ritmado pelas tarefas (THOMPSON, 1998, p. 269) cotidianas, e insistentemente obscurecido pela pobreza, a sociedade goiana afirmava a sua vitalidade por meio da justaposição entre o urbano e o rural, gerando sociabilidades próprias que podem ser captadas por meio das representações tecidas sobre o lugar, nos vários momentos de sua ocupação.

Na busca do morar goiano do oitocentos oriento-me pela postura de Stella Bresciani (1992, 1993, 1995), que, ao estudar as cidades, apóia-se em Anne Cauquelin (1982), indicando a insuficiência das descrições físicas do ambiente construído e apontando para a importância das memórias afetivas – gestos, comportamentos, hábitos, práticas – construtoras dos espaços, as quais constituem a própria matéria urbana. Essa matéria, formada pelo fio condutor da opinião como transmissor de memórias, tanto históricas quanto pessoais, compõe anamorficamente a realidade da cidade. A anamorfose, segundo Cauquelin (1982), é o processo de substituição ou agregação de uma figura inicial, engendrando outras múltiplas formas, através do tempo, que, por sua vez, acarreta mudanças na maneira de apreender essa figura. Em outras palavras, são as transformações de uma forma ao longo do tempo. Deste modo, as memórias compõem o tecido de nossas relações com o espaço, diz Bresciani (1992), expressando-se por meio das “dobras”. As dobras de Cauquelin (1982) abrangem tudo aquilo que vem do passado: “nós vivemos nos espaços da maneira da qual nos ocupamos da nossa história de vida, fragmentariamente, com esquecimentos e lacunas”.

Do mesmo modo, Halbwachs (1990) argumenta que toda memória coletiva desenvolve-se num quadro espacial, entendendo que a noção de espaço está além da sua materialidade e envolve o sentido das relações construídas em torno dele. Assim, cada sociedade recorta o espaço a seu modo, de maneira a fazer dele um quadro fixo onde encerra e localiza suas lembranças.

Para tal percepção, opta-se por uma leitura dos documentos considerados “ordinários” (BRESCIANI, 1995), como a literatura, os relatos memorialísticos e de viagem, os diários, os artigos de jornais e outros, visando capturar as memórias tecidas em experiências que são comuns a todos. Nessa leitura, verifica-se que todos os discursos, indistintamente, experimentam as mesmas circunstâncias, mesmo que utilizem formas diversas de manifestação e expressão. Guio-me também por Benjamin (1983) que, ao analisar os textos poéticos e literários de Baudelaire, compreendeu as vivências de um tempo, extraindo-as da experiência imersa nos escritos.

VIVER EM GOIÁS NO SÉCULO XIX

No século XIX, a situação insular conjugada à pobreza conduzia a construção das imagens acerca de Goiás, desconsiderando a edificação de uma história própria. Os textos oficiais corroboram esta situação de pobreza, divulgando a imagem do descaso e do abandono. Na memória escrita em 1806 pelo português radicado em Goiás, Joaquim Theotônio Segurado (1982), notam-se lamentações sobre o estado da capitania, que, “devendo ser das mais ricas do Brasil, e devendo por isso ser das mais interessantes para a Metrópole, desgraçadamente [estava] pobre.” O autor assegurava que a solução estava na agricultura e no comércio da sua produção, que poderia ser realizado nos rios navegáveis: “não ha paiz central e distante das costas 300 legoas, que à fertilidade una a capacidade de exportar facilmente as suas produçoens.” Durante todo o século XIX este tipo de argumentação foi reproduzido



pelos presidentes provinciais, que se utilizavam de discursos mais amenos e sutis, mas reafirmavam a imagem da província pobre e isolada, o que justificava os gastos provinciais – constantes nos relatórios oficiais – com estradas e pontes, além da preocupação com os ataques indígenas. Ao lado desta imagem, construía-se outra apontada também nos relatórios oficiais em que Goiás era mostrado como parte integrante da nação brasileira, pela aquiescência às instituições, leis e normas da administração imperial. Essas imagens foram reforçadas pelos viajantes estrangeiros que transitaram por Goiás naquela centúria. Saint-Hilaire, Pohl, Castelnau, e outros, acentuaram a miséria, o ócio, a apatia, a desatenção do governo, o fim dos tempos de esplendor, a indolência dos fazendeiros.

A literatura regional também indica o confronto com os indígenas como uma das várias maneiras de manifestar a pobreza, o isolamento e a dureza do viver em Goiás, como pode ser percebido no romance de Basileu Toledo França, ambientado nas décadas finais do século XIX. O livro discorre sobre a vida de uma família que migrou de Minas Gerais para uma região desabitada de Goiás. Dentre os obstáculos enfrentados por estes moradores de fronteira, figuram os ataques de índios.

A filha assusta-se quando a porta vai abaixo com estrondo. Índios de carantonha sinistra atiram-se às presas inermes, em vozerio ininteligível que enche toda a casa de pavor. Bibiana tomba sobre o livro de rezas massacrada pelos bororos, que lhe rasgam as vestes e lhe tiram a criança, jogando-a para o ar e mordendo-a sob gritos da inocente. Alguns vasculham os cômodos e apanham facas e machados. Outros carregam sacos de mantimento, sal e açúcar da despensa, jogam o conteúdo no meio da cozinha e levam os tecidos. Em poucos minutos finda-se a tragédia, rápida e violenta como a passagem de um tufão. A quietude tumular da fazenda torna-se mais triste e pungente com o cocorico musical do galo no terreiro (FRANÇA, 1972, p. 162).

As outras abordagens falavam sobre a faina árdua na roça, a precariedade da alimentação e dos objetos de trabalho, os percursos esporádicos e lentos das tropas que iam e vinham, trazendo novidades e levando saudades, e a violência dos seus homens, conformando um imaginário que tangenciava com os discursos oficiais. Em seu livro *Tropas e boiadas*, escrito em 1917, Hugo de Carvalho Ramos, não se impunha limites para referir-se ao sertão, mas expressava-o como “terra remota”, “das estradas ermas”, “do silêncio absoluto”, “da silhueta pardacenta dos telhados”, “das paisagens distantes”. O “seio aspérrimo das solidões goianas” evocava a força da natureza em contraposição à presença humana:

[...] no terreiro, à míngua de azeite, morriam as lamparinas dos cruzeiros; e o miraculoso luar do sertão, tão límpido e sugestivo naquelas terras, entrava por toda parte, espancando penumbras, devassando meandros, coado aqui pela galharada das gameleiras, alastrando-se acolá sem mancha e sem obstáculo pela lhanura plana dos chapadões (RAMOS, 1992, p. 92).

Sob os olhos de quem escrevia, a pujança da natureza suplantava as ausências materiais na vida deste homem acostumado a sofrer. O escritor dignificava o sertão através da natureza, como oposição não tão inadequada à civilização.

Ramos (1992) expressou a vida dura e isolada do homem do sertão por meio do conto “Ninho de periquitos”. O conto mostra que a mesma natureza de onde o sertanejo retira o sustento pode tirar-lhe a vida. Neste texto, um lavrador, ao recolher um ninho de periquitos para o filho, foi mordido na mão por uma cobra venenosa e, sem pestanejar, amputou-a com o facão. “E enrolando o punho mutilado na camisola de algodão, que foi rasgando entre os dentes, saiu do cerrado, calcando duro, sobranceiro e altivo, rumo de casa, como um deus selvagem e triunfante apontando da mata companheira, mas assassina, mas perfidamente traiçoeira...” A certeza da impossibilidade do auxílio médico ou de qualquer tipo de socorro levou-o a uma atitude extrema, mas eficaz na preservação da sua vida. Esta atitude demonstra que os artifícios de sobrevivência eram vários, parecendo triunfar sobre as dificuldades.

A situação de penúria em que viviam muitos goianos, especialmente aqueles do meio rural, era assinalada pelos literatos – “[...] a fome, patrãozinho, era braba. O estômago farejou toucinho com ranço e feijão bispado. Mas a gente neste mundo de Cristo, de lá pra cá e de cá pra lá, numa corre-coxia do diabo, pelo sertão sem morador, a mais das vezes nem isso mesmo topa” (RAMOS, 1998, p. 62). A precária alimentação do homem da roça tinha que ser compartilhada com aqueles que vinham nas tropas, mas muitas vezes não se encontrava nem “um punhado de farinha, um taco de rapadura ou a manta de carne-seca” (RAMOS, 1998, p. 121), somente a hospitalidade. É bem verdade que isto não acontecia com todos. Alguns moradores rurais possuíam um cardápio mais diversificado e mais farto,



embora nem se comparasse à alimentação de certos habitantes da cidade, que adquiriam produtos requintados e importados de outros países.

Ao lado destas dificuldades cotidianas, vivencia-se a cadência lenta do vaivém das tropas que abasteciam os arraiais e vilas e carregavam os produtos de Goiás para fora, demonstrando a existência de mecanismos próprios de manutenção da vida e de resistência econômica. Distantes da dinâmica do trem de ferro, as tropas participam da vida do lugar, enfrentando a natureza e os homens. As vendas existentes às margens da estrada real, que conduzia à capital, testemunhavam o trânsito de tropas locais e de outras localidades. As casas rurais, que se localizavam nos caminhos das tropas, ofereciam pouso aos passantes, tornando-os parte de suas vidas. Os moradores pobres ofereciam um rancho de palha para o pernoite e alguma comida, se a possuíssem. Já os grandes proprietários faziam outras cortesias, como conta Cora Coralina sobre a fazenda de seu avô:

Acontecia à noite, alta noite com chuva, frio ou lua clara, passantes com cargueiros e família darem: 'Ô, de casa...' Meu avô era o primeiro a levantar, abrir a janela: 'Ô de fora... Tome chegada.' O chefe do comboio se adiantava: 'De passagem para o comércio levando cargas, a patroa perrengue, mofina, pedia encosto até demenhã. Mais, um fecho para os alimais'. Meu avô abria a porta, franqueava a casa. Tia Nhá-Bá, de candeia na mão, procurava a cozinha, acompanhada de Ricarda sonolenta. Avivar o fogo, fazer café, a praxe, aquecer o leite. Meu avô ouvia as informações. Não especulava. Oferecia acomodação, no dentro, quarto de hóspedes. Quase sempre agradeciam. Se arrumavam ali mesmo no vasto alpendre coberto. Descarregavam as mulas, encostavam a carga. Tia Nhá-Bá comparecia, oferecia bacião de banho à dona, e aos meninos, quitandas. Aceitavam ou não. Queriam só mais aquele encosto, estendiam os couros, baixeiros, arreatas, se encostavam. Meu avô franqueava o paiol. Milho à vontade para os animais de sela, de carga. [...] Faziam suas despedidas, pediam a conta das despesas. Meu avô recusava qualquer pagamento – Lei da Hospitalidade [...] (CORALINA, 1984, p. 72).

Apesar da precariedade das estradas, as tropas impossibilitavam o esquecimento de Goiás. As casas dos homens pobres traziam as marcas destas andanças, como

as folhinhas que cobriam a parede, os recortes de jornais com retratos e figuras coladas de alto a baixo, estampas e cromos tirados de peças de morim, abrindo-se em leque no reboco nu; uma 'senhora' Sant'Ana em moldura, duas séries intermináveis de fotografias do Papa e grandes anúncios ilustrados do Rio, a forrar todo o espaço acima da mesa (RAMOS, 1998, p. 79).

Nas moradas dos homens da elite, outros vestígios denunciavam a presença das tropas, como o papel decorativo, os espelhos, os quadros, o piano, a prataria, os cristais, os móveis de palhinha, os vidros e muitos outros produtos importados. Além dos apetrechos domésticos, os anúncios nos jornais provinciais proclamavam a venda de uma variada linha de produtos importados, como mostra a seguinte propaganda:

ATTENÇÃO. Chegou ultimamente do Rio de Janeiro um completo e variado sortimento de fazendas, feragens, chapéus, calçados, perfumaria do melhor gosto, ao abaixo assignado que, tendo aberto outra loja [...] convida a seus amigos e freguezes [...]. Declara mais que as perfumarias, calçados finos e roupas feitas, no estrangeiro, só serão encontradas na loja do largo da Sé [...]. Luiz Gonzaga Confúcio de Sá (CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ, 1867, p. 4).

O perambular sazonal das tropas confirma o caráter insular da província e, concomitantemente, o seu pertencimento ao Império brasileiro. Para difundir este sentimento de fazer parte, a imprensa goiana cumpria um papel fundamental. Propagava os atos de governo, as notícias de outros centros brasileiros, as normas de conduta e comportamento esperados para o homem daquele século, e registrava, por meio dos acontecimentos locais, as dicotomias que não fossem nocivas ao desejado e que contribuíssem para reforçar o desejo de integração. Esta foi a postura do primeiro jornal de Goiás, *A Matutina Meiapontense*, que circulou na década de 1830, de propriedade do comendador Joaquim Alves de Oliveira, como também dos outros periódicos que o sucederam. Ao final do século XIX, diversificaram-se os jornais, surgindo aqueles vinculados a partidos políticos, alternando a linha editorial oficial dos anteriores.

As manifestações do corpo editorial destes jornais, bem como dos seus leitores, oscilavam entre a constatação da pobreza, com conseqüente indignação, e a certeza da recuperação provincial ao acreditar



num futuro melhor. Entre os primeiros, estão os que falavam da violência e da pobreza. No jornal do dia quatro de maio de 1833, o leitor que se autodenominou *O escandalizado* denunciou a conduta de um professor de Arraias que maltratava seus alunos, dependurando-os de cabeça para baixo durante longos períodos. A indignação do leitor baseava-se na falta de responsabilidade do Estado para com seus funcionários, pois, além de professor, o denunciado era tabelião e escrivão de órfãos. A violência de tal atitude era extensiva a outras, que eram favorecidas pelo isolamento dos arraiais em relação à capital e da província em relação às outras. Apesar do desapontamento com o governo, era na ação dele que o leitor acreditava para uma solução.

Ao lado daqueles que mostravam o seu descontentamento com o Estado, encontravam-se os que acreditavam num porvir próspero e que manifestavam euforicamente a inclusão de Goiás no Império brasileiro, relatando as comemorações cívicas, como a ocorrida em Arraias em celebração ao restabelecimento da saúde do Imperador.

Por três noites seguidas houve muito boa iluminação, e luminárias em todas as cazas, todo o povo de praseres divertia-se, soavao continuamente os Vivas a S.M. o I. a S.M. a Imperatriz, a S.S. A.A.I.I. e a todo o Brasil, a mais aprasível, e perfeita harmonia entre todos fasia o encanto deste festejo popular. [...] (A MATUTINA MEIAPONTENSE, 1830, p. 4).

Havia ainda os leitores que identificavam as dificuldades, mas acreditavam na sobrevivência e recuperação da província, como escreveu o Apaixonado do Sul:

sobre os planos de melhoramento da Província, que esta Correspondência nota não se terem feito, devo dizer: que moléstias inveteradas não se curam de súbito, e que de vagar se vai ao longe. Não poucos projectos a este respeito se tem formado, mas todos vão encalhar na impossibilidade, e na pobreza, porem como quem porfia mata caça, vai se continuando, e o tempo he que pode realizar nossos desejos (A MATUTINA MEIAPONTENSE, 1831, p. 4).

No final do século XIX, as manifestações continuavam diversas, localizando-se entre os que compreendiam as limitações do lugar e os que as rechaçavam. No limiar do século XX, um fragmento de uma correspondência do periódico *Novo Horizonte* (1926), de Catalão, explicita a primeira postura: “vae senão quando, si elles viher em Goyaz há de chegar na junta de boi. Progreço aqui entra é assim: primeiro com boi, depois si quiser arriar pode, mas junta de boi tem que sigui por baixo.” Por outro lado, outros, posicionados não muito distantes temporalmente, nos últimos anos do século XIX, como o escritor Crispiniano Tavares, possuíam uma visão pessimista do lugar ao confrontá-lo com outros identificados com a civilização. Para este autor, uma cidade do sertão – como a cidade de Bonfim em Goiás – não podia ser percebida por alguém nascido no litoral, por ser morfológica e psicologicamente precária:

Toda cidade sertaneja do interior tem o largo da matriz. Esta igreja é em geral um barracão com altar no fundo e dois esteios na rua, que suportam o sino. As casas são de pau-a-pique, descuidadas e escalavradas, predominando os riscos horizontais das ripas e o vermelho do barro do enchimento. Apenas uma dezena de casas rebocadas e caiadas, das pessoas gradas do lugar. O largo da matriz, vê-lo-eis inteiramente atapetado de capim e fedegoso, que também cresce e avulta junto às casas, nas ruas. Crescem os arbustos encostados aos degraus de pedra ou de pau das moradas. Vacas e cavalos pastam tranquilamente no largo. Uma centena de urubus, pulando desconjuntados ao redor do lugar onde matam vacas, no meio do largo, e os cães investindo furiosos nas aves, no dia da matança. De noite, nas ruas, o gado deitado e gatos brigando. Cercas caídas, taipas arrebatadas, fileiras de lascas de aroeiras formando muros, quintais abertos, nenhuma plantação nesses quintais, a não ser uma ou outra laranjeira maltratada; posses com quatro esteios na rua principal; mistura de casas de telhas com casas de capim; buracos pelas ruas, feitos pelas enxurradas; lama abundante no tempo das águas e poeira asfixiante na seca (TAVARES, 1975, p. 45-6).

Conforme o escritor, este cenário malcuidado gerava pessoas violentas e preguiçosas, que matabam por causa de mulher, pinga, jogos e terras. Este quadro pessimista, esclarece o romancista, visava impulsionar as cidades do sertão em direção às cidades policiadas, que seriam aquelas em que, para ele, a civilização já se instalara, como as grandes cidades litorâneas.

Estes sentimentos dúbios misturavam confiança e descrença: ao mesmo tempo em que mostravam a certeza de inclusão no quadro espacial da nação brasileira, eram alimentados por uma sensação



de esquecimento. Dos relatórios provinciais, passando pela imprensa e indo às correspondências e à literatura, percebe-se que os sentimentos se completam. No recorte espacial do território goiano constrói-se uma memória em que as dificuldades cotidianas presas à rotina da terra congregam-se à ideia do pertencimento à nação gerida por uma ideia de civilidade. Ao contrário da ausência aclamada, os goianos subsistiam ao isolamento e criavam artifícios de sobrevivência.

A MEMÓRIA DO MORAR

Vivia-se endogenamente, o que se expressava nas casas, fossem ricas ou pobres, urbanas ou rurais. A insularidade gerava tal homogeneidade no morar, que nem mesmo o crescente convívio social e suas implicações conseguiram rompê-la. As diferenças entre ricos e pobres consistia mais numa questão de aparência do que de essência no morar. As alterações provenientes dos novos mobiliários e equipamentos destinados preferencialmente aos locais acessíveis a estranhos da casa não provocaram modificações substanciais na rotina doméstica, que se enraizava numa ação própria.

A complementaridade sugerida entre os dois meios relacionava-se a uma troca permanente, intensificando hábitos e costumes, que os aproximava e os distanciava. O trabalho rotineiro e constante da casa rural completava-se com o movimento social da casa urbana. A morada urbana da elite goiana vivenciava a consolidação de um morar que privilegiava as funções do estar relacionadas ao convívio social. Como mencionado anteriormente, para Inhazinha, o tratamento dado à sua casa estava implícito na descrição das ações que considerava relevantes e que eram circunscritas ao espaço doméstico. Sua morada urbana abrigava práticas sociais diversas, apontando para as sociabilidades presentes naquele contexto, numa nítida relevância dos eventos sociais em contraposição aos eventos cotidianos ligados à manutenção da casa; ou seja, privilegiava-se o setor do estar em detrimento dos demais.

A casa de Inhazinha, como outras da cidade, era compreendida como um lugar de movimento e ação, por ser um local de visitas corriqueiras e especiais – de acordo com Algranti (1997), o hábito de fazer visitas era muito difundido, principalmente, nas áreas urbanas, onde as casas tinham uma proximidade excessiva vista também como lugar de hospedagem e recepção de parentes e amigos aquela casa era cenário para todo o tipo de celebração como jantares, ceias, almoços, mesas de doces, concertos de música, representação e ensaio de óperas e peças teatrais, *soirées*; venda e compra de mercadorias (FREYRE, 1996, p. 34-5) – “fui passar o dia em casa de tia Marianninha, e ver e abrir as fazendas que chegarão do Rio”. Era igualmente lugar para a realização de missas e novenas. A descrição acentuada destas atividades sociais pressupõe a sua inclusão como eventos correntes, excetuando os casos a que Inhazinha dá o devido destaque, como os aniversários, casamentos e outros. Às vezes pequenas reuniões na família, em que dançavam irmãos com irmãs, transformavam-se em *soirées* aos olhos de Inhazinha.

As anotações de Anna Joaquina não diferem daquelas de Inhazinha, apesar de a primeira ser mais velha do que a outra quando iniciara a sua escrita e de registrar um tempo posterior – a moradora de Corumbá e Meia Ponte encerrou seus escritos em 1882, e a outra iniciou os seus em 1880 indo até 1930 – e em outra cidade, que, no caso, era a capital. Nada disso impediu a semelhança entre os dois depoimentos. No diário de Anna Joaquina, a casa urbana continuava como o local agraciado para todos os tipos de acontecimentos e usos, apesar do aparecimento de outros espaços, como o teatro, que acolhia a apresentação de algumas peças ou espetáculos de mágicos e ginásticos. Os espaços domésticos abrigavam missas, novenas, “suareinhos”, bailes, jantares, festas, representações de “entremez,” visitas, entrudos, encontros para assistir a procissões, levantamentos de mastros em festividades religiosas, serenatas. Neste inventário de usos para a casa de Anna, alguns se distinguem daqueles descritos por Inhazinha, como o entrudo e as serenatas, não existindo razões específicas para a ausência destes no primeiro diário, o de Inhazinha. Talvez os deslocamentos temporal e espacial favorecessem estas práticas, localizando-as em aglomerados maiores e que recebiam uma maior quantidade de informações exteriores. A casa ia assumindo uma posição de condução de sociabilidades diversas, em que o distante entrecruzava-se com o local. Lado a lado posicionam-se os bailes engalanados com roupas francesas e as elevações dos mastros das festas em devoção aos santos do lugar.

De acordo com o diário de Anna Joaquina, o intercâmbio entre os moradores da cidade e os da roça, como a autora os denomina, era assíduo. Havia pessoas com moradias nos dois lugares, o que levava, inevitavelmente, a movimentos contínuos – “fomos visitar Cecília de Hon. Que chegou da



roça, esteve lá 6 meses.” Nas poucas vezes em que menciona as casas rurais, Inhazinha as coloca como locais de passeio e visitas e de pouso nas viagens – “fomos pousar no engenho do Com. José Luiz, que nos deu o engenho para arrancar” –, além de sugerir sua função de abastecimento – “a senhora desse sítio também tem filhas: nos derão leite e frango”, não abordando a questão da saúde. De acordo com o inventário de sua mãe, feito em 1877, a família possuía um sítio, mas este não foi mencionado pela escrevente. Nas poucas referências encontradas, percebe-se a construção de uma polarização, em que os espaços se complementam. Em uma passagem do seu diário, Inhazinha fala dos roceiros como não-moradores da cidade, não incluindo na categoria os moradores das cidades que tinham propriedades rurais – “20 de janeiro de 1876 – dia de São Sebastião. Houve missa cantada apesar de muita chuva. Veio muitos roseiros.” Percebe-se, portanto, que, mesmo numa sociedade tida como rural, os seus moradores faziam distinções entre os moradores da cidade e os da roça.

Existiam também os homens da cidade que procuravam a roça por questões de saúde – “Havia no tempo, uma prática medicinal, prescrição médica: – Mudar de ares. Gente enfatiada, anêmica, insatisfeita, nervosa da cidade, descorada, falta de apetite, vinham tentar melhoras nos ares sadios, no leite farto e frutas das fazendas.” O uso terapêutico da moradia rural, entretanto, não fazia sentido no Estado de Goiás de princípios do século XX, porque as cidades, mesmo a capital, eram imersas nas mesmas qualidades rurais buscadas nas fazendas, como o ar puro, a tranquilidade e outras. A oposição entre cidade e campo era historicamente constituída, acentuando-se no século XIX na Europa, com o processo de industrialização e urbanização, em que se exalta a tranquilidade, a inocência e a abundância simples do interior (WILLIANS, 1989, p. 40) em contraposição à agitação, à malícia e à contenção da vida urbana. Portanto esse uso terapêutico do meio rural, somado à adjetivação da roça, mencionada anteriormente, mostra que a inserção deste tipo de ideia entre a sociedade goiana reproduz simplesmente um pensamento exterior à realidade local, moldando um novo imaginário.

A preocupação com questões relacionadas à saúde e higiene partia da cidade e chegava ao meio rural, passando a justificar hábitos adquiridos ali. Cora Coralina (1984, p. 68) relatou que na casa da fazenda de seu avô espalhavam-se feixes de ervas aromáticas e medicinais – congonha-do-campo, arnica-da-serra, folha-santa, artemísia, gervão – que, ao secarem, eram queimados no interior da casa – “Meu avô dizia que aquela fumaceira que se esvaía lentamente pelos telhados e frestas, desinfetava os miasmas e era saúde da casa.” O discurso acerca dos miasmas, ou da ideia sanitária da cidade (BRESCIANI, 2002, p. 23), vinha sendo difundido nos grandes centros urbanos europeus, atingindo todos os lugares, até os menos prováveis, como o meio rural de Goiás. Outro ponto que corrobora esta afirmação é fato de que os roceiros iam para a cidade enterrar seus mortos no cemitério, como registram Anna Joaquina no seu diário, e Cora Coralina (1984, p. 94), nos seus livros – “regra das fazendas do tempo velho: ajudar a carregar rede de defunto. Esta viajava sempre de noite, com frio, para chegar na cidade de madrugada. Era de regra atender o chamado triste, soturno, na calada da noite.” Sabe-se que a construção dos cemitérios nas cidades vinha sendo exigida pelo Estado desde princípios do século XIX, visando inserir novos padrões de comportamento diretamente vinculados à salubridade pública (OLIVEIRA, 2001).

Durante todo o século XIX até as primeiras décadas do século XX, a ausência de serviços urbanos – como água, esgoto e iluminação – nas cidades goianas impunha uma outra dimensão aos afazeres domésticos. O funcionamento de qualquer casa dependia de uma cisterna no quintal para serviços de limpeza e de água potável trazida dos chafarizes. Ofélia (1974, p. 21) conta que na sua casa havia um “grande banco de madeira tosca, na cozinha, [onde] ficavam enfileirados os potes que serviam de depósito de água. Para tirá-la usavam-se canecões feitos de lata vazia em que se colocavam asas, ou cuités”. A iluminação elétrica também inexistia nesse mesmo período, e as famílias mais ricas possuíam equipamentos sofisticados e potentes, como os lampiões belgas ou castiçais com redomas ou mangas de vidro. Entretanto, na maioria das casas utilizavam-se velas de sebo de fabricação caseira e lamparinas com azeite de mamona e pavio de algodão torcido, que exalavam muita fumaça e mau cheiro. Nas fazendas, o abastecimento de água era resolvido por meio de um rego d’água, retirado de algum curso d’água, cujo caminho passava pela casa, pela horta, pelo quintal, pelo monjolo, pelo moinho de fubá e pela roda-d’água de uma serra, se existissem. A iluminação era resolvida da mesma maneira que nas cidades, sendo mais difícil encontrar os equipamentos sofisticados, às vezes encontrados nas moradas urbanas.



Nas memórias de Ofélia, que discorre sobre estas dificuldades rotineiras, existem alguns registros sobre a confecção da alimentação. Esta requitava muito trabalho, a começar pelo acendimento do fogão à lenha, presente em todas as cozinhas, independente da sua localização – se urbana ou rural. O fogão à lenha era o principal equipamento fixo da cozinha, mas somavam-se outros que poderiam estar em ambientes anexos, como o forno de quitandas, o fogareiro para o sabão de cinzas, a pedra para torrar farinha de mandioca. Nas moradas rurais, além destes, às vezes existiam ainda o monjolo, o moinho de pedra e a roda de ralar mandioca, equipamentos que raras vezes eram encontrados nos aglomerados urbanos. Os equipamentos e utensílios móveis eram encontrados nos dois meios, destacando-se a existência de uma maior variedade e sofisticação nos trastes das cozinhas urbanas, em decorrência do acesso mais fácil às novidades e da aceleração do convívio social.

Independente do meio e do conhecimento de produtos importados, a alimentação básica do goiano consistia em arroz, feijão, mandioca e derivados, milho e derivados, carne (de porco, principalmente), café, cana e derivados, verduras e hortaliças (a couve, a beldroega, a pimenta, o tomate nativo, o ora-pro-nobis, o caruru, entre outros), o que criava uma certa homogeneidade na sua confecção. Na roça, lembrou Cora,

a alimentação era abundante e sem grande nutrição. A nutrição maior era representada pelo fubá de milho na forma de angu, que era constante na comida do trabalhador da roça. Muitas vezes, em lugar do arroz, servia-se o angu. O feijão era inseparável, e o arroz, quando entrava o angu, muito pouco. E, como o arroz sempre foi muito mais caro e valioso do que o fubá, apelava-se muito mais para o fubá do que o arroz. Mais indispensável na fazenda, o sal e o café. O homem da roça não podia passar sem sal e sem café. O açúcar, remediava, porque mesmo aquele morador no seu pequenino rancho, logo que ele se arranchava, ele plantava sua moita de cana. E se ele era habilidoso, fazia uma pequena engenhoca que chamavam descaroçador, onde passavam ali, muitas vezes ele mesmo, tocando a roda com as duas mãos e o menino encostando a cana nas moendas, ele moia a cana para fazer a garapa do café quando faltava a rapadura, porque na roça, em regra, o pobre não usava açúcar, era rapadura (CORALINA, 1984, p. 119-20).

O preparo destes alimentos – que posteriormente seriam adquiridos para consumo pelos moradores das cidades – iniciava-se no plantio e no beneficiamento basilar feitos na roça e só depois eles eram colocados para o consumo, o que ainda implicava etapas de transformação, que aconteciam em qualquer casa. Nas cidades, por exemplo, o café era comprado em grãos crus e torrado em casa, em panelas próprias, como assinala Monteiro (1974, p. 89):

esta operação produzia bastante fumaça, acompanhada de forte odor que se introduzia por todos os cômodos da casa, e, saindo pelas janelas, contava aos vizinhos que se estava torrando café. [...] Depois de frio o café ia para a lata, que devia permanecer fechada, para conservar-lhe o aroma. Cada vez que se queria café, tirava-lhe da lata a quantidade necessária e moia-se no moinho próprio.

A gordura para o preparo dos alimentos era feita a partir da carne do porco. Separada da carne, a gordura era picada e fritada até se obter o torresmo e a gordura líquida, que era guardada em latas para o uso diário. Com a carne do porco sem a gordura faziam-se linguiças. Estes porcos eram criados em chiqueiros nos sítios, fazendas e nas áreas urbanas, apesar das proibições nas posturas municipais, como apontou Elis (1976, p. 99) num de seus contos – “os quatro ou cinco capados que Donana (malgrado os protestos do fiscal da prefeitura) sempre teimava em manter no chiqueiro do fundo da casa.” Nas roças, costumava-se retalhar o toucinho, salgá-lo e colocá-lo num jacá entremeadado de palha de milho para guardá-lo e retirar conforme a necessidade (ANZAI, 1985, p. 123). Outro costume existente era o de colocá-lo no fumeiro – travessa de ferro ou madeira colocada acima do fogão à lenha – junto com as linguiças, para defumá-las, hábito encontrado também em São Paulo (ALMEIDA, 1998, p. 26). A carne de porco era a de consumo preferencial nas terras goianas, mineiras e paulistas, em detrimento da carne de vaca, que tinha seu consumo reduzido às festas e a outras ocasiões em que havia a disponibilidade da mesma.

Nas vilas e cidades, comprava-se o açúcar sujo e para refiná-lo também em casa, em um processo que se iniciava com o preparo do tacho de cobre, lavado com sal e vinagre, estendendo-se ao cozimento do produto para que atingisse uma consistência adequada. O depoimento de Ofélia ilustra essa preparação:



[...] tirado o tacho do fogo, a cozinheira punha-se a bate-lo com a colher de pau até o açúcar secar e esfarinhar. Em peneira própria coava-se tudo. Sempre ao fim de cada peneirada restavam alguns torrões. A quantidade destes variava de acordo com o 'ponto' tomado. [...] Em latinhas vazias guardavam-se os torrões, sempre comidos fora de hora e mesmo como sobremesa quando, por qualquer motivo, ela faltava (MONTEIRO, 1974, p. 90).

Diante dessas rápidas observações, constata-se que era duro o trabalho das mulheres, tanto nas casas urbanas como nas rurais. Uma das diferenças consistia na intensidade do convívio social, que no meio rural era menos expressivo. Devido ao ritmo de trabalho, que impedia as horas livres, as visitas diárias eram mais difíceis, ficando para os finais de semana ou dias de festas. A hospedagem de tropeiros e parentes era frequente, mas isto raramente significava interromper as tarefas cotidianas para comemorações sociais.

As atividades cotidianas eram entremeadas de festas. Nas cidades, o calendário das festividades incluía as de caráter religioso, mas estendia-se àquelas identificadas com o convívio social, com o entretenimento urbano e às patrocinadas pelo Estado. Como mencionado anteriormente, os diários dão mostras desta multiplicidade de motivos para reunir e festejar, tendo a morada como cenário principal, assessorado pelas ruas e igrejas. Inhazinha e Anna Joaquina relatam participações em festividades religiosas dentro de casa, apontando muitas semelhanças entre elas e as festas rurais, como a do Divino Espírito Santo, que sempre acontecia na casa de um festeiro ou imperador. Essas festividades narradas eram divididas em representações teatrais e comilança: “dia 11 de maio de 1856 – dia do Espírito Santo. Foi meu pai, e manos acompanharem o Imperador que é meu Padrinho, mas fomos p. a casa delle, onde estavam mts. Snras. quasi todas parentas. Houve um grande jantar e a noite ópera.”

Afora as festas ligadas aos santos, existiam outras, também de cunho religioso, em que se reuniam para assistir a procissões e missas, celebrar batizados e casamentos. As demais partiam do desejo de convivência social, reunindo apenas a família ou agregando outros convidados, conforme os relatos dos diários, como nos aniversários:

[...] dia 2 de março de 1859 – faz mano Jerônimo 25 annos. Pelas 11 horas chegarão os convidados [...]. O jantar foi servido as 4 horas da tarde, houve 25 homens na mesa, fez-se muitas saúdes em cada saúde cantava-se uma modinha. O realeijo não cessava de tocar; e sahião os rojões. O jantar acabou-se as 6 horas da tarde. A noite vierão aqui todos os nossos conhecidos a convite de meu Pai. Tocou-se e cantarão modas e eu minhas manas dancemos os lanceiros com meus irmãos. Houve café, doces e vinhos: acabou-se o baile as 2 horas da madrugada.

Com respeito às festas profanas, o entrudo marca o compartilhamento dos espaços internos e externos da morada. Essa festa popular de origem portuguesa era marcada por brincadeiras em que se molhavam uns aos outros com água pura ou perfumada. Os “ataques” partiam, geralmente, das janelas das casas, ensopando os descuidados, ou eram explicitados em “guerras” nas ruas e largos. Ofélia (1974, p. 35) conta que, no seu tempo de criança, eram de dois tipos as cabacinhas utilizadas nestas guerras: a de borracha e a de cera. As primeiras eram adquiridas nas lojas, e as segundas, confeccionadas em casa, num processo delicado em que se exigiam formas próprias e muita paciência. Após o ano de 1840, o entrudo começou a ser substituído pelos bailes mascarados nos salões privados nas grandes cidades brasileiras (ALENCASTRO, 1997, p. 52), chegando a Goiás algum tempo depois.

Os moradores urbanos iam para a roça participar de festas, e os rurais faziam o percurso contrário com o mesmo objetivo. A introdução dos citadinos no universo das festas roceiras não causava grandes alterações no esquema já estabelecido para estes eventos. Os espaços eram adaptados para a recepção destes hóspedes: a sala e os quartos eram transformados em grandes camas para as mulheres, e o terreiro, forrado com couros de boi, servia de dormitório para os homens (MONTEIRO, 1974, p. 79-80). Já os roceiros que iam para as festas na cidade, nem sempre tinham onde se hospedar, o que os obrigava a improvisar ranchos pela área urbana, como é narrado em um conto de Crispiniano Tavares.

[...] nos dias da festa do Espírito Santo chegam os fazendeiros, com as famílias de mistura com os mantimentos, no interior do carro tirado por dez ou doze juntas de bois possantes. Armam barracas, faz-se a cozinha debaixo do carro e ... vamos festejar. Feijão, arroz, farinha de milho e carne seca no feijão – eis o banquete invariável de todos os dias (TAVARES, 1975, p. 113).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o morar compatibiliza-se com o contexto em que se insere. O viver em Goiás transpunha-se para a maneira como as pessoas utilizavam-se do seu espaço de morar. A complementaridade entre os meios urbano e rural era explícita em todos os sentidos. Existia uma articulação entre os dois modos de morar, que se manifestavam nas formas de vivenciar o isolamento e a pobreza. A morada urbana dividia-se entre a instituição de uma nova forma de sociabilidade – em que a convivência social transformava-a num lugar de representação – e a preservação dos processos de sua manutenção, derivados da precariedade da situação provincial e da tradição do morar, ancorados na imutabilidade dos espaços urbanos. A casa rural, diferentemente, não estava segmentada em momentos díspares, pois se manifestava principalmente como local de produção. No somatório de registros acerca das vivências do morar, consegue-se adentrar em um mundo que paira sobre a homogeneidade, abalizada pelas particularidades de uma população presa aos mecanismos que a mantinham viva.

Referências

A MATUTINA MEIAPONTENSE, n. 10, out. 1830.

A MATUTINA MEIAPONTENSE, n. 119, mar. 1831.

A MATUTINA MEIAPONTENSE, n. 434, maio 1833.

ALENCASTRO, L. F. de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, L. F. de (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALGRANTI, L. M. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, L. de M. e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, A. de. Vida cotidiana da Capitania de São Paulo (1722-1822). In: MOURA, C. E. M. de (Org.). *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações*. São Paulo: Ateliê Editorial; Ed. UNESP; Imprensa Oficial do Estado; Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

ANZAI, L. C. *Vida cotidiana na zona rural do município de Goiás: 1888-1930*. 1985. Dissertação (Mestrado do Programa de História em Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1985.

BENJAMIN, W. *Sobre alguns temas em Baudelaire*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores)

BRESCIANI, M. S. M. Nas ruas, os caminhos da cidade. In: MENESES, U. T. B.; PASSOS, M. L. P. (Org.). *A cidade e a rua. Cadernos de História de São Paulo*, São Paulo: Museu Paulista USP, v. 2, p. 27-38, 1993.

BRESCIANI, M. S. M. Cidades: espaço e memória. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *O direito à memória*. São Paulo: DPH, 1992. p. 161-168.

BRESCIANI, M. S. M. La rue: entre histoire et littérature. In: MATTOSO, K. de Q. (Dir.). *Littérature/Histoire: regards croisés*. Paris: Centre d'Etudes sur le Brésil, 1995.

BRESCIANI, M. S. M. Cidade e história. In: OLIVEIRA, L. L. (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

CAUQUELIN, A. *Essai de philosophie urbaine*. Paris: PUF, 1982.

CORALINA, C. *Vintém de cobre: meias confissões de Aninha*. 2. ed. Goiânia: Ed. UFG, 1984.

CORREIO OFICIAL DE GOYAZ, n. 203, 21 nov. 1867.

DIÁRIO de Anna Joaquina da Silva Marques – 1880 a 1891, 1898 a 1903, 1908 a 1910, 1911 a 1919, 1920 a 1930 – Instituto de Pesquisas Históricas Brasil Central.

DIÁRIO de Rosa das Dores (Inhazinha) – 1850 a 1865 e 1876 a 1882.

ÉLIS, B. *Veranico de janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1976.

ÉLIS, B. *Chegou o governador*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

FRANÇA, B. T. *Pioneiros*. 2. ed. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1972.



- FREYRE, G. *Sobrados e mucambos: introdução à história patriarcal no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Record, 1996.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent L. Schaffter. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- JORNAL O GOYAZ, n. 394, p. 4, 21 abr. 1893.
- JORNAL NOVO HORIZONTE, n. 227, p. 4, set. 1926.
- MONTEIRO, O. S. do N. *Reminiscências: Goiás de antanho. 1907-1911*. Goiânia: Oriente, 1974.
- OLIVEIRA, A. M. V. de. *Uma ponte para o mundo goiano do século XIX: um estudo da casa meia-pontense*. Goiânia: 2001.
- RAMOS, H. de C. *Tropas e boiadas*. 8. ed. Goiânia: Ed. UFG; Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 1998.
- SEGURADO, J. T. Memória econômica e política sobre o comércio ativo da Capitania de Goiás – 1806. In: *Memórias goianas I*. Goiânia: Centauro, 1982.
- TAVARES, C. *Contos, fábulas e folclore: Crispiniano Tavares*. 2. ed. Goiânia: Oriente, 1975. Edição crítica de Basileu Toledo França.
- THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Tradução de Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WILLIAMS, R. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Tradução de Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

* Recebido em: 23.06.2010.

Aprovado em: 02.07.2010.

** Doutora em História pela Unicamp. Mestre em História pela UFG. Professora na Universidade Federal de Goiás. Arquiteta.
E-mail: amvoliveira@uol.com.br

